

SUMÁRIO



4

INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES DE PODER

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESCOBRINDO O SER SOCIAL: O QUE FORMA O INDIVÍDUO?	4
3. IDEOLOGIA	8
4. AS RELAÇÕES DE PODER	9
4.1. Ideologias Políticas	10
4.2. Regimes Políticos de dissenso e de consenso.....	12
5. AS RELAÇÕES DE PODER SEGUNDO FOUCAULT	13
6. REVISÃO DA AULA	14
7. REFERÊNCIAS.....	16





AULA 4

INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES DE PODER

- ▶ Adquirir uma noção básica sobre as diferentes ideologias políticas;
- ▶ Compreender como funcionam as formas de dominação social;
- ▶ Conhecer as formas de controle segundo Michel Foucault.

1. INTRODUÇÃO

Olá alun@,

Chegamos a mais uma aula. Agora você refletirá sobre as instituições sociais e as relações de poder que as caracterizam. Mais especificamente, serão abordados alguns temas como a formação da família como instituição social, as ideologias políticas que agem no mundo contemporâneo e suas aplicações, as diferentes formas de dominação social e os processos que constituem uma sociedade de controle.

Espero que tenha bons estudos.

2. DESCOBRINDO O SER SOCIAL: O QUE FORMA O INDIVÍDUO?

Na Copa do Mundo de futebol de 1986, sediada no México, na partida entre Argentina e Inglaterra, o craque argentino Diego Maradona fez um gol utilizando uma das mãos, o que não é permitido segundo as regras desse esporte. O episódio causou comoção, pois o atleta dizia que havia sido uma forma de vingança pela derrota da Argentina contra os ingleses na Guerra das Malvinas.

Sociologicamente, o episódio levanta questões importantes: o indivíduo pode burlar as normas conforme suas conveniências? É dado a ele o direito de agir de acordo com suas necessidades pessoais em detrimento daquilo que é estabelecido para toda a coletividade?

Esse acontecimento demonstra algo fundamental para todas as sociedades, das mais simples às mais complexas: o estabelecimento de normas, regras, padrões de controle e conduta que são determinados por um ente maior e que devem ser acatados por todos os indivíduos pertencentes ao grupo (coerção).

Desde a infância, os membros de um grupo social sabem da existência das regras estabelecidas, aprendem-nas e as repassam aos seus descendentes a fim de manter a unidade social e continuar o modo de vida que os caracteriza. Aquilo que faz com que as pessoas obedeçam às regras e normas, seguindo as condutas e impondo certo controle, é o que denominamos **Instituições Sociais**.

Assim como em uma partida de futebol, onde reparamos mais nos jogadores do que nas regras do jogo, na sociedade observamos de modo mais claro o comportamento dos sujeitos do que as normas e leis que os levam a agir da forma como agem. Quando um motorista para o carro ao avistar o sinal vermelho ou alguém apaga o cigarro quando vê uma placa de proibido fumar, esses elementos têm uma força autoexplicativa, não precisando de justificativas para que as pessoas acatem.

Uma instituição social é sempre um modo de organização ou de estrutura social que tende a permanecer de forma independente da vontade dos seus integrantes. Ela consiste num conjunto de regras e condutas produzido, reconhecido, acatado e exercido pelo meio social, apresentando assim grande valor social.

Cada instituição social é resultado das condições que as possibilitam, sejam elas sociais, políticas, econômicas, ambientais ou históricas. Cada sociedade é, por sua vez, consequência do espaço geográfico e do tempo nos quais ela está inserida. Não se pode cobrar que uma sociedade tribal, que vive em contato direto e dependência dos recursos naturais, tenha os mesmos códigos que uma sociedade industrial e tecnológica, pois vivem em padrões sociais diferentes, estabelecidos pelo meio que habitam.

No entanto, as sociedades não são estáticas ou imutáveis. Padrões estabelecidos hoje podem ser questionados e alterados de acordo com o tempo histórico vivido. Algumas práticas são alteradas devido à quebra de normas tidas como fundamentadas, outras normas perdem o sentido ou eficácia à medida em que a sociedade vai avançando.

EXEMPLIFICANDO

Durante mais de três séculos o trabalho escravo foi aceito no Brasil e havia um aparelho jurídico que justificava tal prática. As instituições sociais e produtivas se fundamentavam na mão de obra cativa largamente utilizada pelas classes dominantes locais. Essa ideia começou a mudar quando o modelo escravista começou a ser questionado. Pouco depois, esse modelo foi legalmente proibido com a assinatura da Lei Áurea de 1888.

A primeira instituição social com a qual o indivíduo estabelece contato é a família, o grupo com o qual ele aprende a conviver em sociedade ao receber as noções que possibilitam

sua inserção. Para que isso se realize, ele terá que internalizar os códigos daquela coletividade.

De um modo geral, na sociedade brasileira, pensa-se que a família é formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos oriundos desse casal. Mas essa ideia vem se transformando devido ao surgimento de novas concepções e configurações de família, como as formadas por mães e filhos, de avós/tios que cuidam de crianças com graus de parentesco, além de relacionamentos homoafetivos, dentre outros.

SAIBA MAIS

Para compreender melhor e refletir sobre outras formas de estrutura familiar, você pode ler as reportagens “Meu pai é gay: histórias de quem vive essa realidade”, de Clara Ferrero, disponível em: <https://sapatariadf.wordpress.com/2008/09/10/meu-pai-e-gay/> Último acesso em: 7 jul. 2018; e “Pai, tenho certeza de que você é gay”, de Sandra Soares e Thiago Bronzatto, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/05/estilo/1438778406_663945.html Último acesso em: 7 jul. 2018.

A família é o principal grupo social responsável pela socialização primária, que é aquela que se estabelece em relações pessoais, afetivas e no contato face a face. Essa forma de socialização tem em si características naturalmente formativas, pois é por meio dela que é aprendida boa parte dos conhecimentos que o indivíduo precisará para viver em sociedade. Nas tribos indígenas, nas aldeias e nas pequenas cidades, basicamente, só existe esse tipo de socialização, pois todos se conhecem e vivem na mesma comunidade, aprendendo desde a mais tenra idade seus códigos e normatizações coletivas.

Porém, mesmo na família, os papéis sociais são diferentes, dada a idade dos membros do grupo e seu grau de participação e responsabilidade na estrutura familiar. Uma criança, de forma geral, não tem a função de mantenedora material do grupo, tendo como atribuições o estudo e/ou pequenas tarefas domésticas. Um idoso normalmente não desempenha as atividades mais pesadas, os adultos são responsáveis por trabalhar, pela criação dos filhos e pelo estabelecimento das regras que servem para a sobrevivência e manutenção do grupo conforme suas condições estabelecidas.

Não é só na família que se estabelecem as relações de *interação social* entre indivíduos ou grupos sociais que se afastam, associam-se ou se repelem conforme as particularidades do tempo e espaço que vivem.

Instituições como escola, religião, esportes, trabalho, associações de bairro, sindicatos, grupos de amigos, entre outros, são instituições nas quais as pessoas se inserem, seguindo as normas e símbolos que possibilitam essa inserção. As instituições citadas guardam em si certa familiaridade, pois o indivíduo entra em contato direto e pessoal com os demais integrantes do grupo ao acatar as regras coletivas.

Já a socialização secundária é aquela que se apresenta de modo pontual, impessoal, e que normalmente não estabelece uma relação próxima ou afetiva. Quando uma pessoa vai à padaria, faz seu pedido, recebe o troco, seu produto solicitado e vai embora sem criar vínculos com o atendente. Assistir a um noticiário ou entrar em contato com um desconhecido por meio de redes sociais são exemplos de socialização secundária, pois não guardam, em princípio, relação de pessoalidade.

O ser humano é essencialmente gregário e associativo, necessita do outro para manter seu modo de vida e garantir o equilíbrio social. Precisa do médico quando está com algum problema de saúde; tem a necessidade do trabalho do agricultor para que o alimento lhe seja fornecido; do professor para que lhe passe os conteúdos fundamentais para a sua formação e assim por diante.

EXEMPLIFICANDO

Na greve dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil entre os meses de maio e junho de 2018, houve uma crise de abastecimento, pois a produção em nosso país é escoada, principalmente, pelo sistema rodoviário. Sendo assim, a economia e nosso modo de vida dependem do ofício daqueles trabalhadores. Ou seja, por mais que a realidade social dos caminhoneiros seja bastante específica, ela sustenta boa parte da estrutura produtiva do país, fazendo com que estejamos vinculados a ela por processos indiretos de socialização cujos mediadores são as instituições sociais.

3. IDEOLOGIA

As instituições seguem padrões que lhes são comuns, regidos por aspectos fundamentados por uma **Ideologia**.

A palavra ideologia foi usada pela primeira vez pelo francês Destutt de Tracy, como sendo “a ciência que tem por objeto o estudo das ideias”. Karl Marx e Friedrich Engels deram um significado mais amplo, como sendo o sentido de consciência social de uma classe dominante, que utiliza uma estrutura social a fim de garantir a permanência de uma classe dominada. A ideologia é o que sustenta as relações de dominação e exploração de um grupo sobre outro.

Atualmente a palavra ideologia tem um sentido de “visão de mundo”, como sendo algo característico de uma sociedade ou uma época. Nesse sentido, a ideologia constitui uma referência para indivíduos, agrupamentos políticos e outros grupos.

Um claro exemplo disso é a concepção que Marilena Chauí apresenta em seu livro *O que é ideologia*:

Suponhamos que pertencemos a uma sociedade cuja religião é politeísta e cujos deuses são imaginados com formas e sentimentos humanos, embora superiores aos dos homens, e que nossa sociedade exprima essa superioridade divina fazendo com que os deuses sejam habitantes dos altos lugares. A montanha já não é uma coisa: é a morada dos deuses. Suponhamos, agora, que somos uma empresa capitalista que pretende explorar minério de ferro e que descobrimos uma grande jazida numa montanha. Como empresários, compramos a montanha, que, portanto, não é uma coisa, mas propriedade privada. Visto que iremos explorá-la para obtenção de lucros, não é uma coisa, mas capital. Ora, sendo propriedade privada capitalista, só existe como tal se for lugar de trabalho. Assim, a montanha não é coisa, mas relação econômica e, portanto, relação social. A montanha, agora, é matéria prima num conjunto de forças produtivas, dentre as quais se destaca o trabalhador, para quem a montanha é lugar de trabalho. Suponhamos, agora, que somos pintores. Para nós, a montanha é forma, cor, volume, linhas, profundidade – não é uma coisa, mas um campo de visibilidade. (CHAUÍ, 2008, p. 20)

Essa citação mostra de maneira simples como um objeto pode assumir diferentes concepções ideológicas, de acordo com cada grupo social.

SAIBA MAIS

Para entender mais sobre o que é ideologia, você pode ver a animação de Jesse Drew: Manifestoon (1995), onde as ideias formuladas por Marx e Engels são apresentadas em forma de desenho animado.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EaVbYyky-Bw> Último acesso: 7 jul. 2018

4. AS RELAÇÕES DE PODER

O poder atrai muitos seres humanos, pois oferece possibilidade de realizar diversas ações como organizar multidões, proferir palavras de ordem, conquistar benefícios etc. Por isso o poder é capaz de envolver pessoas a despeito de seus objetivos pessoais.

Não são incomuns os casos de abusos de poder, pois grande parte das pessoas desconhece ou está desprovida de meios para fiscalizar e controlar cargos hierarquizados. Uma vez que o poder se constitui socialmente, se alguém abusa dele é porque, talvez, exista alguém que permita esse abuso por diversos fatores condicionantes. Contudo, estabelecer o poder não significa necessariamente algo ruim, pois esse poder pode ser um instrumento de regulação das relações sociais, caracterizando-se como uma forma de conduzir uma situação com o objetivo atender todos envolvidos nessas relações.

EXEMPLIFICANDO

Um técnico de futebol possui um poder sobre sua equipe, determinando as posições de cada jogador, orientações e controlando o condicionamento físico por meio dos treinos. Isso não significa que ele esteja usando o cargo em benefício próprio. Esse técnico usa seu poder para preparar a equipe da forma mais adequada possível para vencer as competições, prezando pela saúde dos jogadores de maneira a desenvolver ao máximo as competências do conjunto. Para isso é necessário que os jogadores se submetam às orientações do treinador e contribuam com suas habilidades no momento certo.

O poder traz consigo a questão da autoridade, contudo não se deve confundir autoridade com autoritarismo. O poder é garantido pela força da autoridade, já o autoritarismo se constitui pela autoridade da força, ou seja, o abuso dela. O autoritarismo é o uso do poder como forma de subverter situações em benefício do dominante, em muitos casos oprimindo os indivíduos dominados.

Max Weber afirmou que para a existência efetiva do poder é necessário que ele seja legitimado. Há legitimidade do poder – **dominação** – quando ocorre reconhecimento dos subordinados perante o dominante. Tal dominação pode ser exercida por meio da força, quando os dominados se submetem ao dominante por medo. Esse tipo de dominação é classificado de autoritarismo.

FIQUE ATENTO

Weber classifica três tipos de dominação:

Legal: fundamentada em leis, determinadas por um ocupante de cargo responsável e hierárquico: juízes, policiais, diretores de empresas etc.

Tradicional: baseada na obediência à pessoa de acordo com hábitos costumeiros, mantendo uma tradição: pais, padres etc.

Carismática: determinada pela obediência ao líder por meio de seu caráter emocional: profetas, *digital influencers* etc.

Vale ressaltar que nem sempre o indivíduo ou grupo exerce apenas um tipo de dominação. Um exemplo é o caso de um médico que exerce o poder pelo fato de sua responsabilidade ter uma função específica, mas também executa sua função utilizando de seu carisma, resultando em dominação legal e carismática respectivamente.

O Estado é a instância institucional máxima que busca, sempre, garantir a reprodução e a permanência das relações de poder por meio de processos ideológicos.

4.1. Ideologias Políticas

A história política, desde o século XVII, não é apenas a história dos governantes e de suas ações, mas também a construção de discursos que procuraram conferir legitimidade aos governos. Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de ideologias políticas e de formas

de conceber o Estado e a governança voltadas a convencer os governados de que este ou aquele governo são os melhores ou os mais adequados à sociedade.

Uma ideologia tem por vocação a doutrinação, a fixação de valores, princípios verdadeiros, sendo, portanto, tendentes ao dogmatismo. As ideologias políticas devem ser entendidas, também, como ideias convertidas em ideais que se destinam à ação política. Você verá a seguir um breve resumo de algumas das principais ideologias políticas.

Liberalismo

Questionando o poder absolutista, John Locke (1632-1704) foi um importante representante do pensamento político liberal. Segundo o pensador, as considerações a respeito do exercício do poder deveriam vincular-se às necessidades sociais.

Os pensadores liberais pregam a existência de um Estado que não se prenda aos moldes absolutistas. Eles buscam um Estado que crie uma situação de equilíbrio em meio aos conflitos inerentes à vida coletiva. Ao observar o contexto histórico de surgimento desse pensamento, percebe-se que o liberalismo é uma estruturação política que visa dar poder para as pessoas com maior quantidade de bens, ou seja, os ricos.

Socialismo

O pensamento socialista corresponde, historicamente, às movimentações sociais características do pós-Revolução Industrial. A concentração demográfica urbana e as condições de vida precárias propiciaram um questionamento dos princípios do liberalismo político, apontando a necessidade de se voltar ao coletivo, às necessidades fundamentais das pessoas. Os valores defendidos pelo socialismo buscam estabelecer uma igualdade material nas condições de vida. Por essa via, é uma ideologia política que se opõe aos princípios liberais que priorizam o indivíduo possuidor de propriedade privada.

Nacionalismo

A ideologia nacionalista desenvolvida durante o século XIX defendia uma suposta especificidade de cada comunidade humana, geralmente em termos culturais, mas que se associa à formação de um Estado. Nesse sentido, o nacionalismo nega o individualismo liberal e, em alguma medida, as formas representativas de governo, bem como o coletivismo igualitário socialista. Para essa ideologia é necessário recuperar o reconhecimento do pertencimento à coletividade por meio de manifestações culturais específicas e não

universais. O Estado deve ser governado por um líder carismático, capaz de unir toda uma sociedade. Esse líder precisa entender as necessidades da sociedade e, com isso, desenvolver uma política mais adequada aos propósitos de afirmação social.

No século XX, o **fascismo** e o **nazismo** representaram o ponto culminante da ideologia política nacionalista.

FIQUE ATENTO

O pensamento fascista, elaborado por Benito Mussolini, afirmava que o indivíduo não existia senão dentro do Estado, estando condicionado às necessidades dessa instituição. Para o fascismo, quanto mais complexa se torna uma sociedade, mais restrita deve ser a liberdade do indivíduo. O Estado é a representação dos interesses de toda a sociedade, não reconhecendo a existência do indivíduo no interior de classes sociais, vendo-o como um colaborador.

O nazismo, idealizado por Adolf Hitler, pretendeu, a exemplo do fascismo, estabelecer uma identidade nacional em oposição às diferenças de classe e ao individualismo. Para isso, Hitler lançou mão de questões identitárias do século XIX, em especial de teorias racistas e culturalistas, forjando a noção arianista como fundamento da ideia de pertencimento coletivo dos alemães a uma “raça superior”.

4.2. Regimes Políticos de dissenso e de consenso

Para o filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio, é possível fazer uma distinção entre regimes políticos de dissenso e de consenso. Os primeiros são os que defendem a ideia de que ninguém é dono da verdade, havendo, portanto, possibilidade de discordância. Assim, se numa eleição uma opinião tornar-se majoritária, terá o direito de ser realizada, configurando, dessa forma, uma democracia.

Já os regimes políticos de consenso não abrem espaço para discordância. Um partido político acredita ser dono da verdade e esta deve ser seguida a todo custo. O recurso utilizado para realizar essa verdade é a prática de intimidação a aqueles que discordam. Tais regimes se afirmam ao disseminar o terror, apontar inimigos e perpetrar atrocidades como, por exemplo, no nazismo que, entre as várias práticas violentas, destacou-se pela criação de

campos de concentração e de extermínio de judeus. Outros exemplos de **regimes políticos de consenso** são os de Mussolini na Itália e de Josef Stálin na União Soviética.

FIQUE ATENTO

Observe que o nazi-fascismo e o socialismo soviético são ideologias políticas distintas, mas estruturaram regimes políticos análogos. Para designar esses regimes de consenso, utiliza-se a denominação **Estados Totalitários**.

SAIBA MAIS

O filme 1984, dirigido por Michael Radford, uma adaptação do livro homônimo de George Orwell, retrata o funcionamento de um estado totalitário num mundo pós-guerra nuclear.

Disponível em: <https://gloria.tv/video/Bom7iAdEP9hD4QALvhjUCzd8M>
Último acesso: 7 jul. 2018.

5. AS RELAÇÕES DE PODER SEGUNDO FOUCAULT

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) é conhecido por suas críticas às instituições sociais, especialmente à psiquiatria, à medicina, às prisões, por suas ideias sobre a história da sexualidade, suas teorias gerais relativas ao poder e à complexa relação entre poder e conhecimento.

Foucault elaborou uma refinada concepção a respeito das relações de poder (ou formas de controle). Para o autor, junto com o surgimento da cultura nascem padrões de controle social que instauram mecanismos disciplinares responsáveis por fazer com que o indivíduo (ou sociedade) se adeque às vontades das instituições de controle. Buscando uma maior eficiência no controle sobre o indivíduo/sociedade, esses mecanismos devem atuar da maneira mais sutil possível. Em razão disso, instituições como indústrias, hospitais, escolas e prisões funcionariam como máquinas poderosas que vigiam, articulam e desarticulam os

indivíduos, produzindo atitudes e comportamentos para que estes se ajustem ao processo disciplinar desejado.

Os mecanismos disciplinares trabalhariam, então, como forma de controle do poder. Entre essas formas, destacam-se:

- a. Poder sobre o corpo: o corpo não é mais propriedade das pessoas; o indivíduo perde a relação de identidade com seu corpo que se torna um instrumento da fábrica ou um dependente das tendências da moda.
- b. Poder sobre o tempo: o tempo é sempre determinado pela instituição, nunca pelo indivíduo. Num hospital, por exemplo, há o horário certo para as refeições, para as medicações, para as visitas, dentre outras atividades consideradas necessárias para recuperação do paciente.
- c. Poder Judiciário: o indivíduo é, a todo o momento, julgado pelo outro. Exemplos: quando patrões avaliam seus empregados a fim de lhes concederem uma promoção ou substituí-los; quando professores avaliam seus estudantes como bons ou maus alunos etc.;
- d. Poder epistemológico: as instituições estabelecem uma grade ou protocolo cognitivo que molda a subjetividade na medida em que condiciona seu olhar e sentir sobre o mundo.

Compreender melhor esses mecanismos permitirá a você analisar diversos aspectos da vida cotidiana como, por exemplo, os programas de *reality show* presentes na mídia, a organização espacial das salas de aula, os circuitos internos de câmeras em edifícios, shoppings, mercados, etc. Essas relações de controle e poder estão presentes e atuam diretamente em nossas vidas.

6. REVISÃO DA AULA

Nesta aula você aprendeu um pouco mais sobre alguns temas importantes para os Estudos Socioantropológicos. Dentre eles:

- O papel da família como instituição social primária e suas variações conceituais;
- Algumas definições de ideologia;
- Diferentes ideologias políticas como liberalismo, socialismo e nacionalismo;
- A definição de regimes políticos de dissenso e consenso;
- Noções de controle e relações de poder segundo Michel Foucault.

7. REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp. 1995

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vasallo. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016 4º ed.

